

Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil

Área: Igualdade Racial

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Verônica Maria da Silva Gomes

Colaboração: Maria Célia Orlato Selem
Maria Lucia da Silva

Aula 5 - Principais ações, programas e campanhas do CNPIR

Recapitulando a nossa aula 1 sobre o marco legal de criação do CNPIR, vimos que o compromisso efetivo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) é a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados na sociedade brasileira.

Por meio dos organismos internos da SEPPIR/PR, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), desenvolvem-se os programas e projetos que tornam efetiva a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída em 20 de novembro de 2003, por meio do Decreto no 4.886, fundamentada nos princípios da transversalidade, descentralização e gestão democrática.

Dentre as ações governamentais recentemente adotadas pelo Governo para o enfrentamento mais efetivo das discriminações explicitadas na Convenção, destacam-se o Programa Brasil Quilombola; a inclusão e desenvolvimento econômico; a inclusão da população negra no sistema educacional; a saúde da população negra, a cultura negra e o combate à intolerância religiosa.

Programa Brasil Quilombola

"Não queremos ser arrancados do leito em que fomos gestados. Vamos defender nossa vida, nossa mãe-terra e nossos ancestrais. (Maria Rosalina)¹

¹ Maria Rosalina dos Santos – quilombola do Piauí, incansável defensora dos direitos quilombolas.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), concebido desde 2003 e lançado em março de 2004, coloca em prática o Decreto 4.887, assinado em 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. Esse direito foi estabelecido na Constituição Federal de 1988. Abrange, também, outras ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos e integra um conjunto de ações de vários órgãos federais para fazer valer esses direitos por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil.

Melhorar as condições de vida e fortalecer a organização das comunidades remanescentes de quilombos, por meio da promoção do acesso aos bens e serviços sociais necessários ao desenvolvimento e, considerando os princípios sócio-culturais dessas comunidades, estão entre as prioridades do PBQ.

O PBQ atinge 1.800 comunidades quilombolas que foram mapeadas até o final de 2004, e tem como prioridade a implementação de políticas públicas específicas para estas comunidades, estabelecendo uma metodologia que permita o desenvolvimento sustentável e respeite as particularidades culturais dessa população.

Estas políticas devem assegurar a titulação e permanência na terra; documentação; moradia adequada; alimentação; educação; saúde; esporte e lazer; serviços de infraestrutura; telecomunicações; entre outros direitos, na busca da efetivação da melhoria da qualidade de vida dos quilombolas.

Para efetivação das políticas dirigidas às comunidades de quilombos, firmaram-se diversos convênios com instituições não-governamentais. Os Ministérios envolvidos nesta ação são: Minas e Energia; Saúde; Cultura; Cidades, Esportes, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Educação, MDA/INCRA², e Superintendências Regionais do INCRA. As ações desenvolvidas estão focadas nas seguintes áreas: segurança alimentar, regularização fundiária, eletrificação rural, educação, Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social do Plano Nacional de Habitação, abastecimento de água e saneamento básico domiciliar, Programa Saúde da Família, Programa de Assistência Técnica e Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Pacote da Cidadania

No âmbito do Programa Brasil Quilombola, o Pacote da Cidadania tem o objetivo de monitorar a convergência e a implementação das ações desenvolvidas pelos diversos órgãos federais, priorizando-se as comunidades onde a incidência da presença governamental é mais significativa. Essa iniciativa está incorporada aos resultados do Programa Brasil Quilombola, coordenado pela SEPPIR, e realizada em parceria com os demais órgãos federais, sociedade civil e representações quilombolas.

² Nesta ação há a participação da Seppir nos conselhos instituídos nos órgãos parceiros e definições conjuntas que levem em conta as diretrizes da política nacional de promoção da igualdade racial, enfocando na política fundiária a discriminação das terras devolutas e acompanhamento das situações de conflito no campo.

QuilomboAxé

O Projeto QuilomboAxé! - Encontro Artístico e Cultural nas Comunidades Quilombolas mobiliza os mais diversos segmentos: empresários, atletas, políticos e artistas, com o objetivo de sensibilizar a população brasileira sobre a importância e valor da contribuição dos quatro milhões de africanos escravizados e seus descendentes. QuilomboAxé! é uma oportunidade de se promover o intercâmbio artístico e cultural entre a população urbana e rural, resgatando valores e dando visibilidade às condições de vida atuais das comunidades quilombolas, para que estas possam sair da linha de pobreza e buscar, de forma autônoma e cidadã, as soluções mais adequadas para os seus problemas cotidianos.

O Projeto promove, ainda, a inserção sócio-cultural e dá visibilidade às comunidades remanescentes de quilombos, e tem os seguintes objetivos:

1. divulgar o modo de vida e a riqueza sócio-cultural das comunidades quilombolas;
2. mapear e divulgar o patrimônio artístico e cultural dessas comunidades, com ênfase na música, dança, culinária, vestuário e artesanato;
3. resgatar a memória material e imaterial da população das comunidades quilombolas;
4. promover o intercâmbio de experiências entre produtores culturais urbanos e rurais quilombolas

Inclusão e Desenvolvimento Econômico: desenvolvimento, trabalho, emprego e renda para a população negra³.

Esta linha de ação envolve a construção de referências para as políticas públicas junto a diversos órgãos federais, Estaduais e Municipais. Foram concretizadas duas ações que objetivam contribuir para a eliminação da discriminação racial no mercado de trabalho e para a redução das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, com a devida atenção à situação e às necessidades das mulheres negras, tais ações desenvolvem-se junto às Delegacias regionais do Trabalho.

- **Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE)** - os objetivos são: fortalecer as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas de combate à pobreza e geração de emprego, por meio de sensibilização, capacitação e formação de gestores públicos e outros atores sociais (em particular, organizações sindicais e de empregadores), e o desenvolvimento de atividades de assistência técnica e do fortalecimento dos espaços de diálogo e concentração social em torno desses temas.

³ Para a concretização dessa linha de ação, no âmbito federal, destacam-se Ministério de Trabalho e Emprego; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

- **Projeto “Desenvolvimento de uma Política Nacional para Eliminar a Discriminação no Emprego e na Ocupação e Promover a Igualdade Racial no Brasil” (Projeto Igualdade Racial)** – as ações estruturam-se a partir de uma parceria com a OIT e diversos organismos federais, municipais e estaduais visando o desafio de implementar a Agenda Nacional de Trabalho Decente.

Inclusão da População Negra no Sistema Educacional

Novas estratégias para a elaboração do Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira estão sendo desenvolvidas por meio de :

- Participação em oficinas de capacitação de professores para a implementação da Lei 10.639/03.
- Elaboração de Projeto de Lei visando a implementação do Sistema de Reserva de Vagas para negros e indígenas no ensino público.
- Implementação de Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu*: Culturas Negras no Atlântico.
- Capacitação de educadores de estados e municípios;
- Distribuição de Kit Pedagógico e da organização de Seminários técnicos de Promoção da Igualdade Racial.

Saúde da População Negra

Após a participação na 12ª Conferência Nacional de Saúde para a População Negra, foi criado o Comitê Técnico, composto pelo Governo Federal e sociedade civil, visando o redesenho do PNS (Plano Nacional de Saúde).

Cultura Negra e combate à intolerância religiosa

Considerando-se a matriz africana, encontrada tanto na cultura nacional como nas manifestações religiosas afro-brasileiras, guardiã de acervo simbólico de inesgotável explosão criativa das que sustentam a vida da população brasileira, serão implementadas:

- Campanhas educativas e culturais de combate ao preconceito e à discriminação.
- Recuperação de espaços sagrados.
- Projeto “A Cor da Cultura” cujo objetivo central é a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro por meio das seguintes iniciativas:
 - Projeto História e Cultura Afro-Brasileira - Acervo Abdias Nascimento: sistematizar o acervo documental e artístico do dramaturgo, poeta, escritor,

artista plástico, político e professor Abdias do Nascimento, indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

- Projeto Cantando História: Pesquisa de campo voltada para o público de adolescentes, jovens e educadores, visando o conhecimento, compreensão e vivência das histórias do cançãoeiro popular que retratam a organização, conquista, valorização da cultura e resgate dos conceitos éticos e estéticos dos afrodescendentes.

- cursos de capacitação para formação de 150 Agentes multiplicadores; distribuição de kits pedagógicos na rede pública e oficinas sobre igualdade racial.

- programas televisivos com temática religiosa de matriz africana;

- criação de materiais áudio-visuais sobre a história e cultura afro-brasileira;

- valorização de iniciativas de inclusão, dando visibilidade para as diversas formas de ações afirmativas já promovidas pela sociedade;

- favorecimento da criação de praticas pedagógicas inclusivas, fornecendo a educadores exemplos práticos adotados em diversas outras salas de aula do país.

O diálogo permanente com os movimentos negros e associações de combate à discriminação racial, com os Conselhos, Coordenadorias e Secretarias responsáveis pelas questões raciais, tanto Estaduais como Municipais, e a transparência das ações da Secretaria, são de fundamental importância para apontar necessidades, desenhar e implementar políticas, permitindo o monitoramento e ampliação das ações do Estado, de forma a poder superar as desigualdades étnico raciais no Brasil.

Praticando:

- 1) Você conhece as principais pautas e ações do conselho de promoção da igualdade racial em seu estado e município? Quais são?
- 2) Você conhece os programas de promoção da igualdade racial em seu município e estado? Quais são?
- 3) Quais são as principais campanhas de promoção da igualdade racial em seu estado e município?
- 4) Caso existam estes programas, serviços e campanhas, eles têm contribuído com o enfrentamento das violações dos direitos dos negros, índios e ciganos? Como?

- 5) Na sua avaliação, seriam necessários outros programas, serviços ou campanhas de promoção da igualdade racial? O que você sugere?

Links Interessantes:

Programa Brasil Quilombola:

<http://www.mda.gov.br/aegre/index.php?sccid=587>